

Comunidade pesqueira da Gamboa de Baixo em Salvador - Bahia: lutas por reconhecimento e direito à terra como condições fundamentais para sua sobrevivência e continuidade¹

Danilo de Santana Cardoso (Universidade Estadual do Ceará)

Resumo

Compreende-se que o reconhecimento como uma comunidade tradicional não se resume a ter o direito à terra, mas, sobretudo, ao atestamento jurídico de uma narrativa histórica. Assim, o trabalho tem como objetivo compreender a luta pela terra como condição fundamental para a comunidade pesqueira da Gamboa de Baixo em Salvador - Bahia, ter a sua sobrevivência e continuidade garantidas. Para o alcance do objetivo da pesquisa, parto de um referencial bibliográfico, documental, trabalho de campo, como forma de (re)conhecer as diferentes experiências dos comunitários em meio ao longínquo processo de reconhecimento. Por meio das vivências, nota-se que mesmo com o descaso público, violências, a organização comunitária auxilia no reconhecimento da sua tradicionalidade, portanto, garante sua própria permanência e continuação.

Introdução

O reconhecimento como comunidade tradicional e o direito à terra, no Brasil, originários da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, surge como uma necessidade dos comunitários que trazem essas problemáticas à cena pública e política, e as colocam como importantes questões sociais. Associado a esses processos há o fato de que o Estado brasileiro, historicamente, excluiu grande parcela da população de direitos fundamentais, particularmente os indígenas e afrodescendentes, que, historicamente, tiveram e têm negado o seu direito à terra (THUM, 2017). Para um entendimento de como ocorre no cotidiano, o recorte geográfico foi a comunidade pesqueira da Gamboa de Baixo, situada no centro antigo da cidade de Salvador no Estado da Bahia, às margens da Baía de Todos os Santos.

A problemática da pesquisa parte da seguinte questão: como os comunitários da Gamboa de Baixo tem lutando pelo reconhecimento como comunidade tradicional e tem

¹ VIII ENADIR, GT26, Processos de reconhecimento de direitos territoriais e culturais, e lutas sociais no Brasil contemporâneo.

buscado garantir o direito à terra? O objetivo consistiu em compreender como vem se dando o reconhecimento da sua tradicionalidade e a garantia do direito à terra, pensadas como condições necessárias à sobrevivência e continuidade da comunidade. Os caminhos percorridos para investigação centraram-se nas seguintes operacionalizações:

- a) Pesquisa bibliográfica, baseada em autores/as que tratam do Processo de Reconhecimento da Comunidade da Gamboa de Baixo e outras questões históricas, como Olivia (2020), Nascimento e Silvia (2020) ;
- b) Análise documental considerando-se documentos, como o Dossiê das Lutas das Comunidades Populares de Salvador (2003) e entre outros;
- c) Utilização do método etnográfico, o que permitiu ao pesquisador apreender e entender questões, alargar noções prévias (MAGNANI, 2009), em consonância da técnica de observação participante, permitindo um relacionamento multilateral com os comunitários com o propósito de desenvolver um entendimento científico sobre as problemáticas (May, 2001).

Todo esse movimento possibilita entender as contradições contidas na luta por moradia garantida enquanto direito na Constituição Federal de 1988 e, ao mesmo tempo, a luta dos indivíduos para assegurar sua subsistência e respeito aos valores culturais transcritos na mesma Constituição.

O Trabalho, mesmo finalizado, encontra-se em processo da produção do conhecimento que não se encerra com este escrito já que até o momento a comunidade segue sem ter parte dos seus direitos fundamentais garantidos, outras trilhas estão abertas, contudo, sem prescindir de análise teórica-crítica para desvelar a essência dos fenômenos.

O Desafio do reconhecimento: a jornada da comunidade pesqueira da Gamboa de Baixo, Salvador

Nos meandros das ruas estreitas e das brisas marítimas do Centro Antigo de Salvador, encontra-se, abaixo do viaduto da avenida Lafayette Coutinho, a comunidade da Gamboa de Baixo que há séculos tem sido um elo vital entre a terra e o mar. A busca por reconhecimento enquanto uma comunidade tradicional e a luta pela terra são sagas complexas e profundamente enraizadas que esses habitantes marítimos enfrentam diariamente, à medida

que lutam para preservar suas tradições, seus meios de subsistência e sua identidade em um mundo em constante transformação.

Figura 1 - Entrada da Comunidade Gamboa de Baixo



Fonte: elaborado pelo autor, 2019.

O reconhecimento da sua tradicionalidade começa por honrar o passado. A Gamboa de Baixo, esse antigo centro de comércio e cultura, é uma testemunha viva da herança afro-indígena na Bahia. Ao mergulhar nas páginas da história, encontramos os alicerces dessa comunidade ainda no início do século XX, forjados por ancestrais que contribuíram para a rica tapeçaria cultural do território (MARQUES, 2020). A memória é uma ponte entre o que foi e o que é, e os/as moradores/as de Gamboa de Baixo, conscientes de sua história, carregam essa memória como um farol que guia seu senso de identidade. Como podemos atestar no relato a seguir:

Dizem que há muitos anos, os nossos parentes ocuparam esses morros da Baía de Todos os Santos e viviam da pesca. As gerações passavam, a Gamboa de Baixo cresceu e se tornou um lar, uma família. As histórias de pescaria sempre são contadas e eram passadas de pai para filho. A Gamboa é muito mais que pedaço de chão; é um pedaço de nós, do amor pelo mar e respeito por tudo. O passado fortalece nosso presente, e a beleza desta tradicional comunidade segue, assim como as águas e os peixes (Morador da Gamboa de Baixo. Salvador, 23 de junho de 2019).

Através dessa e de outras narrativas podemos observar uma relação intrinsecamente entrelaçada entre os moradores com a pesca. Essa atividade não é apenas uma fonte de alimento e renda, mas também um pilar fundamental da cultura local. As redes de pesca lançadas e recolhidas há gerações trazem consigo um legado de sabedoria ancestral que é

transmitido dos pais para filhos/as. Cada embarcação, cada partida e chegada, é uma história contada pelo mar, moldando a identidade peculiar desta comunidade.

No entanto, o caminho rumo ao reconhecimento jurídico enquanto comunidade tradicional é algo recente e a garantia do direito à terra é algo tentado há anos, e através de breves pontuações históricas podemos conhecer mais esse processo.

No ano de 1995, o Governo do Estado da Bahia apresentou o primeiro projeto de revitalização do território da Gamboa de Baixo, prevendo que a Marinha do Brasil retoma-se o direito de uso do território e que os comunitários fossem realocados para outros espaços. Frente a essa tentativa do governo, os moradores temendo a expulsão se organizam e criam a Associação Amigos de Gegê que passa a representá-los em audiências públicas. Com a repercussão midiática entidades civis organizadas, movimentos negros, organizações não governamentais e políticos da oposição à época, passaram a apoiar os comunitários, o que acaba ocasionando a desistência da execução do projeto governamental.

Em agosto de 2007, a Marinha do Brasil concedeu o território da Gamboa de Baixo à Prefeitura Municipal de Salvador, que resolveu realizar o cadastramento das famílias e levantamento topográfico da área, para posteriormente conceder o título de propriedade da terra. O prazo para finalização dos trabalhos e entrega do documento de posse do terreno acabou vencendo, em 2008, e a área foi devolvida à União.

Em 2017, os comunitários representados pela Defensoria Pública da União passam a requerer à União a alienação do domínio útil do terreno, através dos instrumentos da concessão especial para fins de moradia e a concessão sob direito real de uso, nas modalidades individuais e coletivas. Mas com o passar do tempo e com o contato com pesquisadores das ciências sociais começam a se perceber como um grupo culturalmente diferenciado, com formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, e dão início ao seu processo de reconhecimento como comunidade tradicional.

O reconhecimento em curso não será uma conquista isolada, mas é fruto de um processo contínuo. As vozes dos moradores de Gamboa de Baixo ecoam em ações coletivas

de empoderamento. A Associação Comunitária Amigos do Gegê, grupos culturais e iniciativas locais se unem para reivindicar direitos, preservar tradições e moldar o futuro da comunidade. A participação ativa na política, na educação e na defesa dos interesses comunitários é um testemunho da determinação da comunidade em construir uma narrativa que não seja apenas reconhecida, mas que seja um atestado jurídico de sua história.

A Gamboa de Baixo é mais do que um ponto no mapa; é um espaço vivo onde a cultura, a tradição e a conexão com o mar moldam a identidade da comunidade pesqueira. O processo de reconhecimento é uma trilha sinuosa, marcada por desafios e conquistas, mas também pela resiliência incansável dos moradores que se recusam a deixar que suas vozes sejam silenciadas pelo rufar das ondas do “progresso” (NASCIMENTO; SILVA, 2000). Nessa busca pelo reconhecimento, os comunitários da Gamboa de Baixo estão moldando o futuro, honrando o passado e navegando com destemor em direção a um horizonte que eles próprios contribuíram para pintar.

Gamboa de Baixo: um retrato de violência e do esquecimento público em Salvador

No cenário complexo da Gamboa de Baixo, as sombras do esquecimento pelo poder público projetam-se sobre uma comunidade resiliente, que luta para encontrar segurança, dignidade e reconhecimento em meio a desafios aparentemente intransponíveis.

A violência, infelizmente, é uma narrativa familiar para muitos moradores de Gamboa de Baixo. O cenário de violência urbana, frequentemente enraizado em disputas territoriais e econômicas, lança uma necessidade de olhar mais atento sobre a comunidade. Residentes enfrentam a ameaça constante da criminalidade, com impactos profundos na qualidade de vida e no bem-estar emocional. A sensação de insegurança afeta as rotinas diárias, molda escolhas e impõe limitações significativas à liberdade de movimento.

Em meio a esse cenário, o esquecimento do poder público é sentido de maneira acentuada. A ausência ou inadequação de serviços essenciais, como iluminação adequada, policiamento eficaz e acesso a infraestrutura básica, exacerba os desafios enfrentados pela comunidade. O esquecimento é um eco persistente da marginalização social e econômica que tem deixado muitos moradores à margem, lutando por recursos e oportunidades que deveriam ser direitos fundamentais (ZALUAR, 1985).

A falta de investimento e atenção governamental também se reflete na infraestrutura deteriorada. Ruas esburacadas, falta de saneamento básico e espaços públicos negligenciados são sinais tangíveis do abandono que a comunidade enfrenta. A falta de espaços de lazer seguros e adequados pode contribuir para o ciclo de violência, já que jovens podem se encontrar sem alternativas saudáveis para ocupar seu tempo .

Os relatos dos moradores de Gamboa de Baixo lançam luz sobre uma realidade marcada por desafios diários, onde a violência e o esquecimento pelo poder público se entrelaçam de maneira dolorosa. Através dessas vozes, emerge uma narrativa complexa que reflete a luta constante de uma comunidade resiliente para superar adversidades profundamente enraizadas:

Chega de silêncio, cara. Precisamos nos unir. Já perdemos muitos entes queridos para a violência. Não podemos mais viver com medo da polícia e ser ignorados pelo governo (Morador da Gamboa de Baixo. Salvador, 23 de junho de 2019).

Não é apenas a violência física, é também a violência da falta de oportunidades. Não temos acesso a nada, nem educação e nem saúde (Moradora da Gamboa de Baixo. Salvador, 23 de junho de 2019).

Somos uma comunidade com raízes, passadas como herança. Mas o governo parece não reconhecer nossa contribuição para a cidade. Nossas tradições, nossa cultura estão desaparecendo, e isso é um duro (Morador da Gamboa de Baixo. Salvador, 23 de junho de 2019).

Esses relatos dos moradores de Gamboa de Baixo ressoam como um apelo contundente por mudança. Eles revelam uma comunidade que está cansada de ser invisível, que clama por segurança, serviços básicos e oportunidades. Essas vozes nos lembram da necessidade urgente de uma abordagem abrangente para enfrentar os desafios interligados da violência e do esquecimento público. A comunidade de Gamboa de Baixo não apenas compartilha suas histórias, mas também lança um chamado à ação, uma chamada para quebrar o ciclo de negligência e permitir que suas vozes sejam ouvidas e suas necessidades atendidas.

No entanto, é importante destacar a resiliência da comunidade de Gamboa de Baixo diante desses desafios. Os moradores, muitas vezes, se unem para enfrentar a adversidade.

Iniciativas comunitárias, projetos culturais e associações locais surgem como formas de resistência contra a negligência do poder público. Essas ações são uma expressão de autoempoderamento, permitindo que os moradores reivindiquem sua voz e tomem medidas para criar mudanças positivas.

Neste cenário desafiador, há um chamado urgente para uma maior atenção, comprometimento e colaboração das autoridades governamentais. A restauração da dignidade e a construção de um ambiente seguro e saudável na Gamboa de Baixo exigem ações coordenadas que envolvam investimentos em infraestrutura, educação, serviços sociais e policiamento eficaz. Somente através de esforços conjuntos a comunidade de Gamboa de Baixo começará a romper o ciclo da violência e do esquecimento, e avançar em direção a um futuro mais promissor.

“Unidos venceremos”: a ação comunitária para o reconhecimento da Gamboa de Baixo como comunidade tradicional

A busca pelo reconhecimento jurídico como uma comunidade tradicional transcende os muros das casas coloridas e emerge como uma força poderosa de ação comunitária.

Guiados por um desejo unificado de preservar sua identidade cultural e reivindicar direitos há muito negligenciados, os moradores de Gamboa de Baixo têm se unido em uma jornada significativa em direção ao reconhecimento jurídico como comunidade tradicional. A ação comunitária através da Associação Amigos do Gegê é uma resposta resoluta à falta de atenção governamental e ao esquecimento que paira sobre a comunidade.

A Associação, líderes comunitários e ativistas locais têm emergido como os pilares dessa ação. A mobilização acontece semanalmente com reuniões na associação local, onde vozes são levantadas e histórias compartilhadas. Esses encontros não são apenas uma busca por reconhecimento legal, mas uma busca por um senso renovado de pertencimento e uma afirmação coletiva de valor (ZIEGLER, 1996).

A pesquisa de registros históricos se tornou uma ferramenta poderosa, à medida que os moradores vasculharam arquivos e documentos em busca de evidências que sustentam a longa

trajetória da comunidade. Cada registro encontrado se tornou um tijolo na construção da história da Gamboa de Baixo, uma história que merece ser reconhecida e protegida.

A visibilidade também se tornou uma arma vital na luta pela atenção das autoridades. Protestos pacíficos, passeatas e eventos culturais chamaram a atenção da mídia local e nacional, trazendo os holofotes para a causa da comunidade. O ativismo ganha vida por meio de cartazes, músicas e danças tradicionais que ecoam pelas ruas estreitas e pelas águas da baía.

Figura 2 - Moradores da Gamboa



Fonte: Jornal Correio, 2022².

As ações comunitárias também são um chamado à solidariedade, com comunidades vizinhas, acadêmicos e organizações não governamentais se unindo para apoiar a causa. Oficinas, palestras e debates são realizados para compartilhar conhecimentos e estratégias, fortalecendo a luta e construindo alianças poderosas.

À medida que a ação comunitária se intensificava, a voz coletiva de Gamboa de Baixo passou a ecoar nas salas de reuniões do governo e nas instâncias legais. A busca pelo reconhecimento jurídico é mais do que uma luta burocrática; é uma afirmação da dignidade, uma reivindicação de direitos e uma determinação inabalável de manter vivas as tradições que moldam a identidade da comunidade. E podemos visualizar isso na fala de um morador:

²Disponível em: <<https://www.correio24horas.com.br/salvador/moradores-da-gamboa-fazem-ato-ecumenico-em-homenagem-a-jovens-mortos-pela-pm-0322>>. Acessado em 10 de agosto de 2023.

Cada passo que nós damos em direção ao reconhecimento é um passo em direção à justiça. Queremos que as próximas gerações caminhem em uma Gamboa firme já que plantamos o reconhecimento e igualdade. Unidos venceremos! (Morador da Gamboa de Baixo. Salvador, 23 de junho de 2019).

A ação comunitária em Gamboa de Baixo para o reconhecimento jurídico como uma comunidade tradicional é uma lição poderosa sobre a força da união e da resiliência. Nessa jornada, os moradores não apenas buscam a proteção de seus direitos legais, mas também moldam um futuro onde suas tradições, sua cultura e sua herança estejam seguras e celebradas. Em meio a esse esforço coletivo, a voz da Gamboa de Baixo ressoa como um chamado inspirador por justiça, reconhecimento e um lugar digno no cenário maior de Salvador.

Considerações finais

A análise da necessidade de reconhecimento da comunidade de Gamboa de Baixo como uma comunidade tradicional revela uma teia complexa de identidade, cultura, direitos e desafios enfrentados por seus moradores. A necessidade do apoio do poder público emerge como uma peça central e crucial para a preservação dessa comunidade única e para o respeito de seus direitos fundamentais.

Do ponto de vista antropológico, Gamboa de Baixo representa um tesouro cultural profundamente enraizado, um local onde tradições ancestrais se entrelaçam com o presente e moldam a identidade de seus moradores. A herança cultural, manifestada em festas e modos de vida, é uma expressão viva da riqueza da diversidade humana. O reconhecimento formal como uma comunidade tradicional não é apenas uma medida legal, mas um ato de honra, um reconhecimento da importância vital de preservar e proteger as tradições que dão vida a Gamboa de Baixo.

Do ponto de vista jurídico, o reconhecimento oficial como uma comunidade tradicional desencadearia uma série de benefícios legais e direitos específicos para seus moradores. Isso incluiria acesso a políticas de preservação cultural, proteção do patrimônio,

participação em tomadas de decisão que afetam a comunidade e, crucialmente, acesso a serviços básicos, como saúde e educação. O reconhecimento também serviria como um escudo contra despejos e ameaças de perda de território, proporcionando uma base sólida para a estabilidade e o progresso da comunidade.

No entanto, o caminho para o reconhecimento e o apoio do poder público não é isento de desafios. Questões legais e burocráticas tem surgido, requerendo uma estratégia jurídica sólida e uma mobilização comunitária sustentada. A conscientização pública é fundamental, destacando a importância de Gamboa de Baixo para a cidade e para o país como um todo.

O apoio do poder público não se limita apenas ao reconhecimento formal. É um compromisso abrangente de investir em infraestrutura, serviços sociais, segurança e educação. É um compromisso de respeitar e valorizar a rica herança cultural da comunidade e proporcionar um ambiente seguro e saudável para seus moradores.

Em suma, a necessidade de reconhecimento da comunidade de Gamboa de Baixo como uma comunidade tradicional e o apoio do poder público são partes interdependentes de uma narrativa maior. Esse reconhecimento não apenas respeita os direitos e a identidade da comunidade, mas também promove a justiça social, a inclusão e o fortalecimento da diversidade cultural. A colaboração entre antropólogos, juristas, ativistas comunitários e governantes é essencial para transformar essa necessidade em realidade e permitir que Gamboa de Baixo brilhe como um farol de tradição, resiliência e esperança em meio ao cenário urbano de Salvador.

Referências

CEAS. Como Salvador se faz: Dossiê das Lutas das Comunidades Populares de Salvador. Salvador, 2003.

Thum, C. Povos e Comunidades Tradicionais: aspectos históricos, conceituais e estratégias de visibilidade. Revista Eletrônica Do Mestrado Em Educação Ambiental. Rio Grande do Sul, p. 162-179, 2017.

MARQUES, Lis. S. O. Passado e presente das relações da Gamboa de Baixo com seu entorno e a luta de seus moradores pela sobrevivência no espaço. Orientadora: Urpi Montoya Uriarte. 2020. 150 f. il. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

NASCIMENTO, C. S.; SILVA, D. V. A modernização da cidade de Salvador: um olhar. Ao Pé da Letra (UFPE), Pernambuco, v. 2, p. 29-34, 2000.

Zaluar, A. A Máquina e a Revolta: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985

ZIEGLER, Jean. A vitória dos Vencidos. Opressão e Resistência Cultural. São Paulo: Forense Universitária, 1996.